

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA- LICENCIATURA

Carolina Coelho Russell Soares

**INTERFACES ENTRE SUJEITOS DA
AMBIENTOTERAPIA, PSICOPEDAGOGIA E
INCLUSÃO ESCOLAR: horizontes possíveis**

Porto Alegre

1 Semestre

2013

Carolina Coelho Russell Soares

**INTERFACES ENTRE SUJEITOS DA AMBIENTOTERAPIA,
PSICOPEDAGOGIA E INCLUSÃO ESCOLAR: horizontes possíveis**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia- Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Daniele Noal Gai

Porto Alegre

1. Semestre

2013

MEUS HORIZONTES: AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me ensinarem a amar e por valorizarem a educação, a solidariedade, as ideias;

Aos meus irmãos, por me ensinarem a conviver com as diferenças, a valorizá-las e a aprender com elas;

A minha vó, por me ensinar a gostar de aprender e de sonhar;

Ao Felipe, por me apoiar e acreditar em mim sempre, estando comigo no sufoco e no sossego;

Aos meus amigos, por serem meus companheiros de sonhos;

A todos os meus pacientes, por me ensinarem diariamente a acreditar no poder do ser humano e de sua superação e, especificamente, aos três que se dispuseram a compartilhar um pedaço de suas histórias;

À Comunidade Terapêutica D.W.Winnicott, por me proporcionar momentos de aprendizagem e alegria ímpares;

À querida Professora Orientadora Daniele Noal Gai, pelas aprendizagens, pela compreensão, pela convicção teórica e disponibilidade em um momento tão especial da vida dela.

“SEM VOCÊS SOU PÁ FURADA!” (Rodrigo Amarante)

SUMÁRIO

1 OBSERVANDO HORIZONTES: INTRODUÇÃO	07
2 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM HORIZONTE.....	11
2.1 Inclusão escolar e ambientoterapia: horizontes que se cruzam?.....	16
2.2. O psicopedagogo a caminho da inclusão	18
2.3 Traçando alguns aspectos do processo inclusivo escolar- horizontes possíveis.....	22
3 DEFININDO HORIZONTES: METODOLOGIA.....	26
4 INTERPRETANDO HORIZONTES: ANÁLISE DE TRECHOS DOS DISCURSOS DE SUJEITOS DA AMBIENTOTERAPIA	30
4.1. “Sou aluna de inclusão”	31
4.2. “A escola antes tinha pessoas normais. Agora é de pessoas especiais.”	34
4.3. “Estar no colégio é o melhor dos melhores.”	36
5. O HORIZONTE QUE QUEREMOS VER: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS.....	45

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo analisar as concepções de sujeitos da ambientoterapia acerca da inclusão escolar. A partir desses dados, refletiu-se algumas alternativas possíveis de intervenção do psicopedagogo no apoio a esse processo. Foram utilizados referenciais psicopedagógicos, psicanalíticos e da educação inclusiva, ancorados em estudos de Kupfer e Fernández, entre outros. O estudo, de cunho qualitativo, foi realizado na ambientoterapia da Comunidade Terapêutica D.W.Winnicott, em Porto Alegre/RS, através de entrevista semiestruturada, análise documental de prontuários e observação de três adolescentes matriculados no ensino regular. As perguntas versaram sobre histórico escolar e suas percepções acerca de docentes, colegas, aprendizagens, ambiente escolar e outros atendimentos. As análises inferem que os sentimentos são ambivalentes quando se trata da escola, pois é um lugar onde se percebem como sujeitos sociais, apesar de reconhecerem outros espaços também como de aprendizagem. Concluiu-se que ir para a escola comum é terapêutico para os pais, cujos filhos passam a ter um lugar social em que são reconhecidos como crianças; para os colegas e professores, que passam a respeitar o outro e a considerar as diferenças no processo de ensino e aprendizagem. Para os sujeitos desta pesquisa, esse espaço amplia a circulação social, o repertório cognitivo e linguístico e contribui para o sentimento de pertença.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ambientoterapia. Psicopedagogia.

RESUMÉE

Cette recherche a eu par but annalyser les conceptions de sujets de l'ambientothérapie en ce que concerne l'inclusion scolaire. D'après ces dés quelques alternatives possibles d'intervention du psychopédagogue se sont manifestés. Elles sont été utilisées des diverses refférences psychopédagogiques, psycanalytiques et de l'éducation inclusive, fondés dans les études de Kupfer et de Fernández, parmi d'autres. L'étude qualitatif a été fait dans l'ambientothérapie de la Comunidade Terapêutica D.W.Winnicott, à Porto Alegre, RS par une interwiw semi-structurée, une annalyse des documents de pronctuaire et une observation de trois adolescents qui sont dans une école enseignement régulier. Les questions ont concerné les disciplines de l'école et ses perceptions sur les professeurs, les copains, les apprendissages, l'ambience scolaire et d'autres. Les annalyses démontrent que les sentiments sont ambigues quand il s'agit de l'école, parce que c'est une place ou ils s'apperçoivent tels que des sujets sociaux, même s'ils reconnaissent d'autres spaces d'apprentissage. Conclusion : c'est thérapeutique pour les parents d'aller à l'école normale, puisque ses enfants occupent une place sociale où ils sont reconnus tels qu'enfants par des copains et des profs. Ils viennent de respecter l'autre et à considérer les différences dans le processus d'enseignant et d'apprentissage. Pour les sujets de cette recherche ce space alargisse la circulation sociale, la congition et linguistique et somme pour le sentiment de possession.

Mots-clés : Education Inclusive. Ambientothérapie. Psychopedagogie.

1. OBSERVANDO HORIZONTES: INTRODUÇÃO¹

Este trabalho de conclusão foi escrito como culminância da graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É uma mostra de algumas reflexões pensadas durante o curso, nas disciplinas estudadas, nas leituras realizadas e nas conversas com os colegas.

Diante do desejo de pensar o tema de pesquisa que resultou nesses escritos, deparei-me com a necessidade de relembrar elementos de minha história pessoal e profissional que pudessem auxiliar e significar a construção deste trabalho. Difícil não perceber nesse exercício reflexivo que, se não fossem minhas vivências, minha subjetividade, eu não seria psicopedagoga ou, de forma mais abrangente, educadora.

Nasci em meio a um luto familiar: meu irmão mais velho havia morrido atropelado por um motorista embriagado pouco antes de completar quinze anos, no ano anterior. Toda a família estava afetada, tentando sobreviver à dor, cada um com seus mecanismos. O meu irmão autista foi bastante atingido, pois era extremamente vinculado ao outro. O falecimento acabou agravando seu quadro e associando a este uma inibição cognitiva. Parou de ler, de escrever, de ter contato com qualquer aprendizagem.

Desde pequena, fui criada em um ambiente em que as diferenças não eram “normalizadas”, mas valorizadas e até incentivadas. Filha e neta de professores, a educação era valor fundamental. Cada aprendizagem era considerada uma vitória, comemorada com aquisição de livros contendo lindas dedicatórias.

Convivi de perto com o preconceito, com a curiosidade, com o desconhecimento e com a falta de manejo das pessoas diante do meu irmão, o “diferente”. Sofri com isso e utilizei diferentes abordagens com as pessoas, à medida que ia me apropriando de conceitos e crenças acerca da situação. A primeira conclusão que cheguei, e que levo até hoje comigo na

¹ A inspiração para a utilização de horizontes nos títulos e subtítulos do TCC veio da música “Horizonte Distante”, da banda carioca Los Hermanos. O trecho da letra foi “Avante A gente quer ver Horizonte distante”

minha trajetória profissional e pessoal é: “ele é o Cássio. Ele não é autista. Ele tem autismo. São coisas diferentes.”

Nós nos tornamos muito próximos, o que fazia algumas pessoas duvidarem do diagnóstico: “mas ele mostra afeto, autistas não vivem num mundo próprio?”. Ele evoluiu muito e continua evoluindo. Cada dia surpreende com suas possibilidades e com suas características próprias. Eu acabei trilhando o caminho da psicopedagogia e da pedagogia em minha formação, focada desde o início na inclusão escolar e social. Trabalho sempre almejando ver o sujeito que há para além de diagnósticos, a pessoa com todas as suas possibilidades, não só com limitações.

Pretendo, ao longo dessa pesquisa, **analisar as concepções de pacientes da ambientoterapia acerca da inclusão escolar. A partir desses dados, almejo refletir as alternativas de intervenção do psicopedagogo no apoio a esse processo**, utilizando-me, para isso, de referenciais psicopedagógicos e psicanalíticos.

O local escolhido foi a Comunidade Terapêutica D.W.Winnicott, que gentilmente permitiu que eu direcionasse meu olhar aos pacientes, procurando descobrir suas concepções acerca da inclusão escolar, através de **observação, entrevista semiestruturada e análise documental**.

É importante que se contextualize a instituição a ser analisada, para que o estudo se torne mais compreensível. A Comunidade Terapêutica D.W.Winnicott (CTW) é uma clínica especializada no atendimento de crianças e adolescentes com problemas psiquiátricos. Ela foi fundada em 1983, por um grupo de psicólogos e psiquiatras centrados em um referencial psicodinâmico. Influenciados pelos estudos realizados por Donald Wood Winnicott, que abrangiam o entendimento das relações mãe-bebê, bem como a importância de um ambiente continente, capaz de proporcionar ao indivíduo condições suficientemente boas pra seu desenvolvimento, ofereciam inicialmente serviços de internação e ambientoterapia.

Focalizou-se bastante nos estudos do Autismo, apresentando muitos trabalhos e casos, tanto em nível nacional como internacional. Deu-se ênfase à pesquisa, à investigação, ao desenvolvimento de técnicas para o

trabalho com esse público, sendo que muitas dessas técnicas ainda são utilizadas. Atualmente, a clínica não conta mais com o serviço de internação.

A ambientoterapia é uma modalidade de atendimento onde o ambiente funciona como fator terapêutico, promovendo o desenvolvimento e a socialização. Os pacientes são divididos em grupos pequenos, por faixa etária e características semelhantes. Na instituição referida, são atendidos por uma equipe transdisciplinar composta por psicóloga, psicopedagoga, educador físico, fonoaudióloga, psiquiatras e estagiários dessas áreas de conhecimento. Tem o objetivo de atender as pessoas que necessitam de cuidados psíquicos de forma individual e em sua relação com o meio social, pois entende que um tratamento visando somente a remissão do surto está fadado ao fracasso.

Essa modalidade de tratamento é indicada para atender pacientes com transtorno borderline, transtorno de conduta, transtorno desafiador opositivo, transtornos afetivos, transtornos hiper-cinéticos, transtornos de personalidade narcisista e transtornos invasivos do desenvolvimento. Há uma grande parcela de pacientes com deficiência mental. “Esta filosofia de atendimento é baseada na valorização da importância das relações humanas que ofereçam a possibilidade de contato humano com respeito e afeto e que seja solidário e democrático.” (OSORIO, 1988)

A ambientoterapia sempre se preocupou com a inclusão social de seus pacientes, tentando inseri-los na sociedade, mas tendo na clínica um ambiente seguro para que pudessem expressar seus medos, dificuldades e potencialidades. Com o advento da educação inclusiva, através da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e, mais especificamente, na resolução número dois, de onze de setembro de 2001, que instituiu as diretrizes do atendimento às pessoas com deficiência na educação básica, começou a se preocupar com a mediação desse processo.

Há um trabalho em conjunto da equipe, representada pela psicóloga responsável pelo caso juntamente com a psicopedagoga, em contato direto com a escola, com o aluno em questão e sua família para auxiliar no processo de inclusão. Há reuniões com todos os envolvidos, envio de materiais e pareceres, combinações que são seguidas em todos os locais

que o paciente circula, bem como acompanhamento dos temas no espaço da ambientoterapia. Lá, há horários específicos para estudos, projetos educativos e leitura.

O trabalho de conclusão será dividido da seguinte forma: no capítulo denominado “Inclusão da pessoa com deficiência: um horizonte”, trato sob minhas concepções acerca de educação e de inclusão, englobando não só a escolar, mas a social, relacionando inclusão com escola e ambientoterapia. No capítulo “O psicopedagogo a caminho da inclusão” trato sobre as contribuições da psicopedagogia para o processo inclusivo nos espaços escolar e ambientoterápico. Já a parte “Definindo horizontes: metodologia” discorre sobre como pensei, executei e fundamentei minha pesquisa. Sob o título “Interpretando horizontes: análise de trechos dos discursos dos sujeitos da ambientoterapia”, procurei agregar alguns pontos trazidos nas entrevistas realizadas com eixos analíticos. Cada sujeito da pesquisa foi contemplado em um subcapítulo. Por último, em “O horizonte que queremos ver”, fiz algumas considerações que vieram à tona na realização desse trabalho.

2. INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM HORIZONTE

Falar em educação no século XXI é falar sobre as diferenças. Implica a compreensão de uma vastidão de conceitos complexos. Deve-se pensar no significado e na amplitude da educação, bem como concluir que, se há diferenças, há semelhanças e há tentativas classificatórias. Portanto, há um diagnóstico, que radicalmente nos leva às palavras dualidade\separação e conhecer\entender. Finalmente, faz com que pensemos na educação como uma mudança de comportamento e de pensamentos, na construção de uma rede de significações, o que explica o porquê desses conceitos combinarem tão bem.

Ao falar das diferentes diferenças, o que surge é a ideia de que há uma norma, e o distanciamento gradual dessa norma definirá o grau de diferença que um sujeito assumirá em relação a ela. Quanto mais distante da norma, mais diferente. A igualdade seria então equiparada à norma, e as diferentes diferenças consistiriam em desvios maiores ou menores da norma da igualdade. (KUPFER *in* COLLI, 2005, p.20)

Kupfer (2007, p. 85) problematiza essa categorização e pergunta: “Seria essa a única maneira de articular diferença com igualdade?” Ela aponta para uma possibilidade: a psicanálise poderá intervir entre o particular e o geral, ou entre o singular e o universal.

A diferença é fundamental para a sociedade. Os espaços que envolvem regras para a convivência humana tendem a hierarquizar os sujeitos justamente pela diferença. Amaral (1992) nos lembra da “hegemonia do emocional sobre o racional”, tendo em vista que tendemos a criar expectativas e idealizações quanto à perfeição e nos desorganizamos frente ao diferente e ao estranho. Com a escola, isto fica evidente inclusive nos modos como somos marcados lá. Entretanto, os novos tempos sócio-culturais provam que um caminho para atender ao público discente é justamente a valorização das singularidades, não da massificação de pensamentos.

A maioria² dos alunos com deficiência, corroborando Tomedi (2007), não quer apenas frequentar o mesmo espaço físico que as crianças que tem

² Embora saiba das implicações teóricas e políticas do uso da grafia o(s)/a(s) -e partilhe dessa posição teórica, decorrente de minha aproximação com o campo dos Estudos de Gênero-, para uma maior fluência do texto, adoto o gênero masculino para referir-me, respectivamente, aos psicopedagogos e psicopedagogas, professores e

uma aprendizagem sem muitas dificuldades, mas quer aprender com muita qualidade, tendo seus direitos respeitados e preservados, com amigos e prazer em conhecer. Quer desenvolver um pensamento crítico, para poder auxiliar na construção de uma sociedade mais justa.

Ainda estamos ancorados na cultura do individualismo, que continua apostando na homogeneidade, e que é necessário uma mudança atitudinal e novas abordagens na profissionalização dos docentes, que permitam responder aos desafios da inclusão (...) Estamos indo talvez rápido demais em nossa ilusão de melhorar o processo de atenção à diversidade se considerarmos nosso sistema educacional encontra-se atrofiado em determinadas etapas mais do que em outras. Isso não significa que tenhamos de parar, ao contrário, alguns começam e outros prosseguirão o trabalho de estabelecer o que pode ser a educação, mesmo sabendo que partimos de condições coexistentes. Isso implica que não deve haver ruptura com o que veio antes, mas uma continuidade baseada na mudança, uma inovação que nos leve a melhorar a qualidade das respostas que oferecemos aos alunos com NEE. A mudança está traçada, o horizonte é distante e, portanto, as metas deverão ser realistas e abranger todos os âmbitos possíveis, desde os profissionais até a administração, passando pelos educadores dos educadores, os pais, os alunos e a própria sociedade.
(GONZÁLEZ, 2002, p.78)

Historicamente, conforme Salengue (2008), as famílias têm se unido em busca de garantias dos direitos sociais e educacionais de seus filhos, muitas vezes negados ou dificultados pelo governo. Reuniram-se primeiramente em associações como a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), na tentativa de “conviver entre iguais”. Buscaram apoio político para a implementação de escolas especiais, de Comunidades Terapêuticas, de torneios esportivos onde seus filhos pudessem se desenvolver.

Aos poucos, alguns pais ousados resolveram questionar o modelo vigente, propondo que seus filhos frequentassem a escola regular, trazendo com isso benefícios a todos. Encontraram (e encontram) desconfiança: afinal, como alguém com uma história de vida marcada por fragilidades se sustentaria em um processo de inclusão?

Pensar em uma escola que abranja a todos envolve transformações não apenas nesse âmbito, como nas esferas do trabalho, do ensino técnico, do ensino superior, da saúde, da assistência social. É importante pensar na inclusão como uma rede de relações não institucionalizada, com apoio de

múltiplas áreas de conhecimento para que ela se torne mais real. Isso vai ao encontro da declaração dos direitos humanos, com a não-segregação do ensino se prolongando na sociedade.

Educação inclusiva significa garantir a qualidade no ensino, realizando as transformações que forem necessárias para tal, pois considera as particularidades de cada um para educar, mesmo as com grandes dificuldades. É um processo que visa beneficiar a todos, pois o continuum de ensino e aprendizagem é adaptado ao sujeito, evitando a uniformização do conhecimento. Afinal, as pessoas aprendem de modos distintos, com suas modalidades e seus estilos de aprendizagem. Assim, a singularidade e a dignidade de todos é respeitada, favorecendo a construção de uma identidade mais segura. A escola passa a ser, conforme Gadotti (1995), um local de “convivência dos diferentes em suas diferenças”.

Por mais que a educação tenha discutido assuntos relacionados com as diferenças pessoais, apenas nos últimos anos ela tem procurado maneiras concretas para lidar com a diversidade. As políticas públicas vêm acompanhando e legitimando esse processo, através de discussões e legislações em prol de uma educação que seja, de fato, para todos.

Acompanhando o processo de mudança mais recentemente, no contexto das reformas relacionadas à educação básica, temos principalmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Resolução CNE/CEB nº4/2009. Essas versam sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com transtorno global do desenvolvimento, deficiência e altas habilidades/superdotação, determinando que haja estratégias para eliminar barreiras sociais e de aprendizagem na escola.

O Ministério da Educação parece estar atento às particularidades dos estudantes, prevendo a Ausência Autorizada (1044/1969, readequada pelo MEC em 1998) para aqueles em crise ou afecção grave e regularizando o ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) nas licenciaturas, prevendo intérpretes onde haja alunos surdos, entre outras políticas. Como exemplo dessa visão, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2010 entende inclusão

em um sentido mais amplo, de permanência de pessoas nos espaços educativos.

Acredito que, através da legislação nos últimos anos, os paradigmas estão sendo modificados e que a diferença está sendo levada em conta. As leis de inclusão escolar estão vigentes em todo território brasileiro, com suas especificidades regionais. Cada estado tem a autonomia de programar dentro de suas normas alguns complementos a essa educação - adaptação de acordo com a necessidade de cada contexto.

Se pensarmos se essas leis estão sendo seguidas e aplicadas, pode-se inferir que a escola está tendo alguma “dificuldade” em compreender a diferença entre inclusão e integração, modificando a forma de tratamento de um aluno com deficiência. O AEE dentro da instituição (segundo o Parecer 441/2002, item 12), em alguns casos é necessário e não é oportunizado. Esse é outro ponto de discussão sobre a atuação de Escolas Inclusivas dentro da LDB 9394/1996. É de se refletir, então, em qual a formação da escola, como instituição social, para atender de forma legal, ou seja, creio que a inclusão, na maioria dos casos quando ocorre, está de maneira distorcida do que foi posto na legislação.

A falta de estrutura das instituições acaba prejudicando o desenvolvimento do aluno com deficiência, na medida em que não lhe são oferecidos, na maioria dos casos, os recursos de que necessita para acompanhar de maneira efetiva o andamento de uma classe comum e inclusiva. A parte de socialização deste estudante na comunidade escolar depende, em grande parte, do tipo de deficiência que ele tem, o tipo de atendimento fora da instituição, e da receptividade dos demais colegas.

Quando acontece essa inclusão de um sujeito com deficiência na sala de aula comum, contribui para o desenvolvimento moral e cognitivo, tanto dos professores quanto dele e dos outros colegas. Esse sujeito tem uma lei que o “protege” de qualquer tipo de discriminação e lhe concede a entrada e estada na educação formal, que é, pela constituição brasileira, direito de todos. Há ainda um longo caminho no sentido de estabelecer intervenções na inclusão do ensino superior, pois há uma desobrigação nas políticas públicas nesse sentido.

Dar atenção à diferença envolve o planejamento de propostas concretas que se dirijam a essa finalidade e a legislação é uma forma de atender de forma legitimada, afirmando a proposta da Constituição Federal de 1988 de igualdade de deveres e direitos. É preciso ainda um longo caminho para que a lei seja, de fato, cumprida e o psicopedagogo pode e deve colaborar também nesse sentido, como profissional da educação.

É inegável que as ferramentas estão aí para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dirige, assim como os conceitos sob os quais ela se fundamenta, os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta. (MANTOAN, 2006, p.35)

Com um currículo diversificado e acessível, talvez seja possível valorizar as diversas linguagens e as construções cognitivas distintas, transformando o espaço educativo em um lugar de planejamento, responsabilidade e crescimento bio-psico-social. A flexibilização curricular permite nortear uma aprendizagem mais eficaz, que responsabilize todos os envolvidos. Um currículo planejado em conjunto tem mais possibilidades de projetar instrumentos para que o acesso, a qualidade e o comprometimento de todos com o conhecimento prazeroso e instigante seja seguido. Para tanto, uma equipe multidisciplinar se faz necessária para melhor realizar as adaptações, na medida que o diálogo entre diferentes saberes valoriza o sujeito globalmente.

Na escola tradicional o conhecimento é para poucos e o acesso e permanência é seletivo, o que impede o verdadeiro exercício da cidadania. Neste contexto, a aprendizagem não é para todos, mas para a média. Assim, educando que é bem sucedido na escola não têm suplemento escolar e acaba desanimado, pois muitas vezes seu desejo de aprender além do falado em aula é desvalorizado ou ignorado, desencorajando-o a utilizar, de forma mais proveitosa, suas habilidades em projetos ou em tutoria, citando algumas alternativas.

Os educandos que estão com dificuldades de aprendizagem raramente têm complemento satisfatório, o que acaba desestimulando o estudo e o prazer desse ato. Quando há algum projeto da escola envolvendo complementação, é direcionada ou para o vestibular, ou para Língua Portuguesa e Matemática, subestimando as outras áreas do conhecimento.

O currículo geralmente é estanque, homogeneizando os saberes que são importantes e os objetivos a serem atingidos, desconsiderando os conhecimentos prévios.

Outro equívoco relacionado com a educação tradicional é a de que o espaço educacional formal é o único lugar onde se aprende de fato algo significativo, transmitido pelo professor. A escola é um fato político, social, cognitivo e cultural, mas não é o único. Aprender não é reproduzir, mas produzir criticamente novas formas de pensar e agir diante dos fatos e do futuro. A aprendizagem se dá a todo o momento, em todos os espaços, com pessoas que ensinam, mas que também aprendem conosco, em uma troca de experiências que enriquece e torna única cada estilo de aprendizagem. A escola inclusiva valoriza essas aprendizagens que não são formais, mas que são importantes.

É inegável que a escola traz um efeito estruturante e subjetivante, na medida em que cria formas de marcar a realidade, significando-a e resignificando-a diariamente. Um dos papéis desempenhados pela educação é transmitir uma mensagem social, que ajuda a conviver, pois estabelece, com autoridade, o limite, a interdição, possibilitando a ascensão do sujeito e sua inserção social. A psicanálise, por sua vez, mediante o seu trabalho característico de escutar para reconhecer o desejo do sujeito, vai soltar as amarras, acolhendo a palavra para que o humano se subjetive cada vez mais. (MIZOGUCHI, 2008, p.47)

Creio que a escola deve ser vista não só como o local onde se dá o processo formal de ensino e aprendizagem, mas um lugar onde as pessoas podem conviver num ambiente solidário, desejante, estruturante e que nele haja um compartilhamento não só de informações, mas de experiências, sentimentos, desejos. Refletindo acerca das palavras de Amaral (1992), a inclusão escolar contribui para que as pessoas com deficiência não sejam consideradas “cidadãos de segunda classe”, ora taxados por estereótipos, ora desconsiderados pelos preconceitos. Conseqüentemente, a prática da inclusão pode modificar as relações sociais entre as pessoas, tornando-as mais consistentes e humanizadas.

2.1 Inclusão escolar e ambientoterapia: horizontes que se cruzam?

A ambientoterapia também acredita na aprendizagem em seu sentido mais amplo. É uma modalidade de atendimento onde o ambiente funciona como fator terapêutico, promovendo o desenvolvimento e a socialização. Os pacientes são divididos em grupos pequenos, por faixa etária e características semelhantes. Na instituição referida, são atendidos por uma equipe transdisciplinar composta por psicóloga, psicopedagoga, educador físico, fonoaudióloga, psiquiatras e estagiários dessas áreas de conhecimento.

Segundo estudos de Osorio (1988), a ambientoterapia tem o objetivo de atender as pessoas que necessitam de cuidados psíquicos de forma individual e em sua relação com o meio social. Serve como facilitadora nos processos escolares de seus sujeitos e, portanto, possui aproximação com a educação inclusiva. Afinal, a perspectiva inclusiva envolve aspectos políticos, culturais, sociais, antropológicos e pedagógicos.

Segundo Kupfer (2007), até pouco tempo atrás, no ambiente escolar, pensava-se que o convívio de pessoas com capacidades cognitivas muito distintas era prejudicial àquelas com maior potencial, pois podia contribuir para uma regressão. Também preconizava que as que tinham dificuldades iriam se desmotivar e desistir de estudar. A autora discorre também sobre a complexidade que a inclusão escolar exige na estrutura escolar:

A escola de nossos dias busca ser *inclusiva*, supondo que bastará incluir ou pôr para dentro de seus muros uma ou outra criança diferente, quando se trata, ao contrário, de produzir profundas e estruturais mudanças, que permitam a introdução da noção de diferença em seu fundamento educativo. (KUPFER, 2010, p.273)

Portanto, a palavra integração não é sinônimo de inclusão. A primeira indica que as pessoas dividem o mesmo espaço, sem participação ativa ou compartilhamento de experiências, ignorando as individualidades. Já a segunda refere-se a um “estar com” interativo, com participação ativa de todos, chamando as instituições a responsabilidade de atender a totalidade do público em fase escolar. É preciso que todos os profissionais se sintam gestores da educação inclusiva.

2.2. O psicopedagogo a caminho da inclusão

A psicopedagogia estuda a aprendizagem, as influências familiares e escolares no aparecimento de problemas de aprendizagem. O profissional da área procura a melhoria da construção do conhecimento, a nível individual e grupal, bem como aprofundar os vínculos da aprendizagem.

A psicopedagogia institucional vem ganhando espaço no trabalho com grupos. A complexidade das relações estabelecidas num contexto grupal pode nos dizer muito sobre o indivíduo ali presente, bem como a linguagem que circula nesse espaço. Através do grupo, ou dentro dele, o indivíduo elabora seus valores morais, éticos, bem como sua subjetividade.

Num grupo podemos identificar que papel exerce cada integrante, seu conteúdo inconsciente e aquilo que é possível mostrar aos outros. Quando a psicopedagogia trabalha com um agrupamento, é preciso ter um olhar e uma escuta sensível a tais aspectos: o que inibe o aprendiz? O que faz com que um indivíduo deixe de falar? O que o impede de se expressar? O que o faz falar nesse espaço, mas não em outro? Como ele escuta os outros, quando não está se colocando? Como ele aprende com um colega, mas não com outro?

Através do brincar, conforme Alicia Fernández (2001), o profissional desta área pode encontrar uma ponte para elaborar um programa de intervenção, propiciando o desenvolvimento da autonomia, da autoestima, incentivar o sujeito a criar estratégias de resolução de problemas, que possa também levar para a realidade; o indivíduo poderá desenvolver habilidades e competências cognitivas e construir estruturas mentais.

No brincar em grupo o sujeito aprende a respeitar o outro, os limites impostos pelas brincadeiras, como também a diferenciar realidade de fantasia. É trazendo sua singularidade para este agrupamento e deparando-se com as diferenças ali existentes que se reconhecerá como sujeito, que pode ser autor, uno e, portanto, capaz de aprender. Isto é importante também para a inclusão.

Como o próprio nome já diz, na Comunidade Terapêutica D. W. Winnicott trabalhamos sempre em conjunto. Tanto a equipe de estagiários, quanto a coordenação conta sempre com o grupo para que tudo funcione do

melhor modo possível. Os sujeitos realizam suas atividades diárias dentro de seus grupos, com outros com nível de funcionamento e faixa etária semelhantes.

O psicopedagogo institucional compreende o processo em que se dá a aprendizagem dos sujeitos no âmbito terapêutico, incluindo a ideologia da comunidade, a singularidade da estrutura do espaço e a de seus objetivos particulares.

Faz parte das investigações institucionais conhecer e desvelar qual a posição (papel) do aprendiz em sua família, em sua escola e em seu contexto social. Entendemos que, embora uma criança esteja comprometida sob o ponto de vista orgânico ou emocional, a forma como se dá seu núcleo familiar entende, aceita ou não aceita, age ou reage, será determinante na leitura e no prognóstico da situação. (Parolin 2005, p. 62)

Na ambientoterapia, que busca meios para atender à diferença, o psicopedagogo é um mediador, pois integra os serviços de apoio do tratamento com os de fora desse espaço, além da família e do aluno com deficiência. É o responsável por fomentar a discussão de um currículo que seja usado por todos os alunos de forma satisfatória e, quando isso não é possível, formula adaptações curriculares individualizadas. No caso da Comunidade Terapêutica Winnicott, nenhum dos sujeitos freqüentam escolas que possuam uma sala de recursos com professor de atendimento educacional especializado, por isso as adaptações são feitas pelo psicopedagogo em parceria com a professora, a psicóloga, a psiquiatra e a família.

O psicopedagogo institucional é um potencializador na redefinição do papel da escola a partir da mudança de professores, psicólogos, demais profissionais e da comunidade. A psicanálise pode servir de subsídio para abordar as dificuldades de aprendizagem:

Mais do que nunca, a psicopedagogia torna-se necessária, pois carrega em sua composição conceitual, compondo com a própria vida, uma das ideias mais ricas e necessárias para enfrentarmos nossos tempos massificados de pensar e de atender: a construção de espaços de autoria de pensamento. Espaços que resgatam a potência do pensamento, em que cada ser humano pode fazer contato com suas fragilidades, não para sucumbir a elas e considerar que está tudo perdido, ao contrário, para sentir que a dor não é para ser negada, mas para ser enfrentada, não para depreciar o conflito, mas para transformá-lo em palavras que possam, pouco a pouco, construir compreensões mais amplas nas

quais se imaginava que nenhuma semente poderia prosperar. Mas também, fazer contato com as alegrias, aquelas que, por si sós, facilitam a abertura de novos caminhos e possibilidades. (SORDI *in* FERNÁNDEZ, 2012, p.13)

O psicopedagogo serve de apoio à pessoa enquanto sujeito e enquanto educando, ao grupo, à família e à escola. Qualquer aluno pode experimentar dificuldades na escola, em maior ou menor grau, ocasional ou permanentemente. É possível melhorar as condições de aprendizagem de todos os alunos na medida em que os estudantes com dificuldade podem servir de alerta para o professor modificar e ampliar sua prática docente. Para isso, o professor tem de contar com o auxílio de outros profissionais da escola, incluindo o psicopedagogo, para que o processo de aprendizagem se dê da forma mais eficaz possível.

No grupo de pacientes, a psicopedagogia tem duas abordagens: a curativa e a preventiva. A primeira tem um sentido de recuperação e reintegração do paciente na situação escolar, orientando e possibilitando o respeito às necessidades e ritmos dos alunos. Essa orientação tem como objetivo desenvolver a integração das funções cognitivas e afetivas, desbloqueando e canalizando o aluno para a aprendizagem formal. A outra abordagem é o aperfeiçoamento das atividades pedagógicas como: releitura e reelaboração das programações curriculares; desenvolvimento de diferentes formas de abordagem do conteúdo, buscando integração do interesse, do raciocínio e de conhecimentos prévios por parte dos pacientes; criação de materiais lúdicos que integrem o afeto, a cognição e a circulação de informação entre os integrantes do grupo.

O trabalho psicopedagógico atua não só no aprendente³, ao sensibilizá-lo para a construção do conhecimento, levando em consideração seus desejos, mas também atua na transformação interna do ensinante. No caso da formação de profissionais, Josso (2004) salienta que as experiências vividas formam a identidade e a subjetividade do profissional, quando significativas por eles. A intervenção que busca a conscientização

³ Afirma Alicia Fernández (2001) : os termos aprendente e ensinante não são equivalentes a aluno e professor. Estes últimos fazem referências a lugares objetivos em um dispositivo pedagógico, enquanto eles indicam um modo subjetivo de situar-se. Este posicionamento, embora relacionado com as experiências que o meio provê ao sujeito, não está determinado por ela. Segundo a autora, sujeito aprendente e ensinante são « duas posições subjetivas, presentes em uma mesma pessoa, em um mesmo momento. » (p.55)

das histórias de vida através de atividades em grupo e individuais, com produção oral e escrita, sendo, segundo ela, é um “caminhar com” para “caminhar para si”. A intervenção evidencia os processos de formação, de conhecimento e de aprendizagem, ressignificando e alterando a prática dos profissionais.

Em uma instituição de ensino inclusivo, é importante pensar a educação com o auxílio dos diversos campos do conhecimento. Uma equipe interdisciplinar valoriza outros saberes, outros modos de pensar e focaliza de uma forma mais completa o desenvolvimento dos estudantes. Com uma preparação adequada e uma sintonia de trabalho, promove o progresso das aprendizagens e, conseqüentemente, de toda a instituição.

É importante que o acompanhamento dos alunos pela equipe seja feita durante todo o período escolar, de forma a prevenir maiores dificuldades e evitar a divisão comum em escolas tradicionais entre os que precisam e não precisam de atendimento. Inclusão combina com cidadania, mas também com os efeitos da frequência à escola para a comunidade escolar, para a família, para a criança, para a sociedade. Inclusão pressupõe direito ao convívio escolar, o que remete ao Lacan (*apud* Kupfer, 2007) com sua “inclusão na estrutura discursiva na escola” na constituição do sujeito:

Nesse sentido, a inclusão escolar está para além do direito e do cumprimento da lei que ordena que todas as crianças estejam na escola. Quando pensamos na entrada de alguma criança numa escola, não é só porque ela precisa ser socializada, nem tampouco só porque é preciso manter as “ilhas de inteligência” preservadas. Certamente é mais que isso. Pensamos na escola como lugar subjetivante das crianças que, por algum motivo, encontraram um obstáculo no processo de subjetivação. (PATTO *in* COLLI, 2005, p.12)

A avaliação interdisciplinar é fundamental para que se tenha uma visão mais real das dificuldades e das possibilidades do sujeito. Demanda tempo mas, a partir dela, se fundamentam as ações de prevenção, soluções de dificuldades e promoção de melhores condições para o seu desenvolvimento.

A avaliação psicopedagógica, nesse contexto, deve estender-se a todos os âmbitos de circulação de conhecimento desse sujeito, bem como englobar as circunstâncias de seu desenvolvimento, tendo em vista sempre

as potencialidades. Aspectos como ambiente, interação com os outros, com os conteúdos e com o mundo, estilo e modalidade de aprendizagem, aprendizagens funcionais, relações simbólicas, significados das dificuldades, nível de competência curricular, são fundamentais para que o processo educativo torne-se relevante e alguma disfuncionalidade nesses quesitos possa estar influenciando para que o sujeito deixe de aprender satisfatoriamente. Cada caso refere-se a um indivíduo relativo, não a um ser padronizado e facilita o professor que trabalha diariamente com o aluno.

2.3 Traçando alguns aspectos do processo inclusivo escolar-horizontes possíveis

O professor pode ser agente fundamental para a inclusão, pois é ele quem terá a disponibilidade interna necessária para viabilizar o processo de inclusão. Ele poderá perceber as diferenças subjetivas de cada um, permitindo o surgimento de seus estilos e fazeres, transformando a rotina em algo novo, revigorante socialmente para todas as crianças.

Os professores que se destacam transformam o processo de ensino na aventura da educação. Outros, naturalmente, podem adestrar-nos. Mas são eles que nos ensinam a ter prazer na aprendizagem e a nos entusiasmar com a extensão dos poderes que a aprendizagem nos proporciona. (STENHOUSE *apud* DEBARROJA, 2003, p.153)

O docente, através do seu planejamento e de sua execução, pode transformar o seu jeito de “dar aula”, construindo com os discentes um local de descobertas e de compartilhamento de informações, conhecimentos e vivências que sejam significativas para todos, não só para os alunos atingirem a média, mas para irem além em suas potencialidades, cada um em seu ritmo, mas atingindo às metas propostas correspondentes a cada um. O professor pode utilizar seu planejamento em uma ferramenta de cidadania e em uma bandeira de educação de qualidade e inclusiva.

O psicopedagogo traz sua contribuição com o atravessamento da psicanálise e um olhar e uma escuta psicopedagógica para auxiliar os agentes do processo. É possível que a teoria sirva de subsídio para superação da ideia de educação como homogeneidade, como disciplinamento de corpos e de mentes, transformando a prática pedagógica em um exercício diário de conquista da diferença que, afinal, nasce da igualdade.

É por meio da escuta e do diálogo entre família, escola e demais profissionais que se torna possível a criação de espaços de interlocução, em que o grupo encontra possibilidades novas de educação de sujeitos, de sustentação do lugar das crianças na escola, desacomodando velhas concepções e desorganizando um pouco as profissionais, na medida em que percebem seus estilos de aprendizagem e suas dificuldades, deslocando-se do papel de ensinantes para o de aprendentes sem, entretanto, inviabilizar o trabalho pedagógico.

O currículo se reformula constantemente em função das evoluções, pois deve atender o grupo com as suas especificidades e em seus cotidianos, numa visão sociocultural, segundo Santomé (1998). Deve ser flexível, aberto, autônomo, adequado como fator de mudança facilitadora da atenção à diversidade. Deve refletir a ação em sala de aula, desenvolvendo competências e habilidades através de práticas como o trabalho cooperativo, que já suscita outras questões além dos conteúdos formais. É preciso que seja diversificado, prevendo atividades que contemplem diferentes linguagens em diferentes espaços, facilitando e tornando mais significativa a aprendizagem dos estudantes.

A adaptação curricular individualizada (ACI) é feita para os alunos com deficiência que têm dificuldades em acessar o currículo comum. Ela pensa nas possibilidades para que esses entraves sejam resolvidos, ou elabora recursos que funcionem em consideração às necessidades do aluno, que podem ser transitórias. Tem como base o currículo comum, com seus princípios democráticos e não está focada nas diferenças, mas na capacidade de a instituição suprir as necessidades do aluno e dele aprender a partir de seu desenvolvimento e de suas possibilidades.

O Ministério da Educação (MEC) classificou em 1998 as adaptações curriculares em não significativas e significativas. As primeiras relacionam-se com as modificações que os docentes podem fazer em sua prática de ensino, que não envolvam instâncias administrativas superiores. São adaptações em sala de aula que visam facilitar o processo de ensino-aprendizagem, através de adaptação de materiais, ajustes no espaço físico da sala, modificação de metodologias, de objetivos, de conteúdos e de

avaliação. As adaptações significativas referem-se ao currículo e à avaliação quando estes implicam uma mudança administrativa, como é o caso das ACI.

É preciso avaliar a operacionalidade dos serviços e dos apoios que o aluno recebe. Os parâmetros que devem ser levados em conta são se a contribuição destes é justificadas pelos objetivos educacionais assinalados da adaptação, assim como o tipo de ajuda que se presta. O sujeito tem que se sentir seguro e feliz em poder aprender. O fato de frequentar diariamente diversas atividades especializadas pode deixá-lo cansado e desmotivado, caso sejam demasiadas e não sejam necessárias com tamanha frequência. É sabido que quanto mais cedo a intervenção, melhor, conforme Mizoguchi (2008), mas a quantidade de atividades deve ser levada em conta, para que a pessoa com deficiência viva o máximo possível de acordo com sua faixa etária, tendo tempo para brincar e conviver com aqueles que ama.

O psicopedagogo é indicado para organizar e manter a sala de recursos multifuncionais da instituição. É um local com materiais, jogos, computador, onde busca-se a compreensão das aprendizagens formais construídas em sala de aula. O profissional pode adaptar materiais e conteúdos com o estudante, de forma que ele consiga apreender os significados discutidos previamente com a professora e os colegas. É diferente do reforço escolar, pois utiliza instrumentos mais lúdicos, de forma mais significativa para o sujeito, fazendo-o refletir, entrar em conflito cognitivo e reconstruir conceitos.

Mais do que especializar e demanda no serviço de apoio, deve haver mudanças de atitude frente à diferença. A angústia frente ao novo é comum, por isso deve-se compreender a necessidade e o motivo de muitas crianças não terem suas necessidades supridas na escola. Mesmo as crianças ditas normais, em muitos momentos se vêm na escola apenas por obrigação, pois o que é feito em sala de aula não as motiva, não as identifica, não tem significado para elas.

Ora, sabe-se, por outro lado, que *nossas ações são determinadas pelo nosso pensar*. Se assumirmos a crença de que um aluno não aprende, porque ele tem uma deficiência, dificilmente investiremos em ensiná-lo, já que nossa lógica de pensamento pressupõe, de

antemão, a inutilidade desse esforço. Por outro lado, se assumirmos a informação de que um aluno não aprende, porque não encontramos ainda a forma adequada de ensiná-lo, estaremos sempre envidando esforços para buscar alternativas que favoreçam sua aprendizagem. (CARDOSO, 2008, p.04)

O psicopedagogo pode assessorar quanto à construção de conhecimentos sobre processos de desenvolvimento humano e sobre aprendizagem, sobre currículo e suas adaptações, sobre trabalhar em grupo. A formação de professores e demais profissionais atuantes na escola deve ser contínua, perpassando a prática a partir do trabalho com a equipe de apoio.

O profissional da psicopedagogia respeita e auxilia na ressignificação das diferenças individuais, tratando para que o aluno com deficiência possa, à sua maneira, usufruir do laço social e escolar. É um profissional que busca a autoria e a autonomia de pensamento, através da construção do pensamento crítico e do incentivo às perguntas e às respostas criativas. É um campo de saber relativamente novo, que vem ao encontro das necessidades do novo milênio.

3. DEFININDO HORIZONTES: METODOLOGIA

As opções metodológicas são essenciais para que a pesquisa não só atinja seu objetivo, mas o faça de forma coerente com seu embasamento teórico e suas metas. Pela aproximação com a psicanálise e o desejo de ter um olhar e uma escuta voltada para a subjetividade, não para a generalização, optei pela pesquisa qualitativa. Valho-me dos estudos de Godoy (1995), que afirma que essa abordagem permite três diferentes possibilidades: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Fiz um estudo de caso com inspiração etnográfica.

O estudo de caso visa ao exame detalhado de uma situação em particular. Tendo em vista que meu objetivo como pesquisadora foi o de analisar as concepções acerca da inclusão escolar, a partir de relatos dos sujeitos frequentadores da ambientoterapia, considero que posso classificar essa monografia dessa forma, pois o foco de interesse é sobre um fenômeno atual e específico, que foi analisado dentro de um contexto da vida real.

Tenho consciência de que muitas pessoas, antes de mim, também ficaram instigadas pela temática, então fiz um rastreamento da mesma no LUME, repositório digital do sistema de bibliotecas da UFRGS, encontrando quatorze registros para “ambientoterapia” e mais diversos com o tema “inclusão escolar”, dos quais utilizei-me, no referencial teórico, de Mizoguchi (2008) e Tomedi (2007). Outra fonte valiosa para a pesquisa inicial foi o portal do CAPES.

A realização do estudo de caso foi pensada através de entrevistas semiestruturadas com três sujeitos usuários da ambientoterapia da Comunidade Terapêutica D.W.Winnicott. Estes foram selecionados para essa pesquisa por serem frequentadores de escolas regulares em Porto Alegre e possuírem um bom vínculo comigo para exporem suas opiniões e anseios, pois fui sua psicopedagoga durante três anos.

O estudo obedeceu aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, 1996). Foi entregue a instituição uma carta de apresentação e um termo de consentimento livre informado aos responsáveis dos três sujeitos da pesquisa, tendo em vista que são menores de idade. A construção dos dados foi registrada com anotações durante a entrevista, que continha cinco questões, abaixo transcritas:

1. Vamos conversar um pouco sobre escola?
2. Conte-me um pouco sobre o teu histórico escolar, sobre as escolas que frequentou e a tua escola atual?
3. Conte-me como é estar na escola?
4. Podemos conversar sobre os teus colegas da escola, sobre os teus professores, sobre as tuas aprendizagens?
5. Quais outros atendimentos você frequenta? Como é estar nestes espaços?

A entrevista teve também como objetivo possibilitar a ampliação e o detalhamento de informações que pude obter por meio da observação prévia dos pacientes e da análise documental dos prontuários dos mesmos, privilegiando o olhar e o entendimento deles, falando com eles ao invés de falar deles. Valho-me de Lüdke (1986,p. 12) quando diz que “o “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador”. Esta análise documental dos prontuários dos pacientes foi utilizada a fim de complementar os dados obtidos nas entrevistas, qualificando a abordagem qualitativa. Lá, há um compêndio com todas as informações dos pacientes e suas evoluções, bem como entrevistas anteriores com os familiares, com a equipe multidisciplinar da clínica e combinações feitas com os mesmos. Utilizei-me desse material para fazer a descrição dos sujeitos da pesquisa.

É importante acrescentar que tive de deixar meu trabalho na instituição em abril de 2013 e as entrevistas se deram em maio do mesmo ano. Apesar de ter sido recente, pude me afirmar como pesquisadora, pois consegui manter um certo distanciamento do papel de psicopedagoga. Coloquei-me

nessa pesquisa no papel de aprendente. É impossível me desvincular totalmente de meu papel no local e, por esse motivo também, por ter estado envolvida no auxílio à inclusão das crianças na escola regular, optei por uma entrevista apenas, haja visto o bom vínculo com as mesmas.

O contato com a instituição foi feito antes de eu sair de lá. A diretora me autorizou ir lá assim que eu organizasse as questões. Enviei a ela o que já havia elaborado do TCC, à pedido dela. Após, levei a carta de apresentação assinada pela minha orientadora e os termos para os familiares. Conversei com a psicóloga responsável pelos três pacientes que almejava entrevistar e ela ficou responsável de entregar aos pais os termos, para agilizar o processo. Foi com ela também que combinei o dia e o horário que encontraria com eles.

À princípio, iria duas vezes até a instituição: em um dia, faria a entrevista com as duas meninas e em outro com o menino, pois ia em horários diferentes das mesmas. Entretanto, fui lá cinco vezes. Na primeira vez, só consegui entrevistar uma menina, pois a outra estava muito agitada e estava sendo medicada. Na segunda, eles estavam fazendo uma atividade externa, então aproveitei para reler os prontuários. Na terceira visita, consegui entrevistar a outra menina e na quarta vez o adolescente que faltava não compareceu na ambientoterapia. Pensei em trocar de entrevistado, mas consegui um horário que combinasse com o dele e, na quinta vez, terceira tentativa de encontrá-lo, consegui conversar com ele.

As palavras de Silveira (apud COSTA 2007, p.136) sobre a análise de falas das entrevistas me serviram de subsídio para o TCC. A autora comenta que as entrevistas não são busca de verdades absolutas, mas sim uma arena de significados, um “jogo interlocutivo” onde as experiências culturais, sociais, as representações “atravessam e ressoam suas vozes”.

As análises e as revisões teóricas foram permeadas por autores da psicopedagogia, da educação inclusiva e da psicanálise, dentre eles Alicia Fernández, José Pacheco e Maria Cristina Kupfer. Afinal, corroboro com a citação a seguir:

Pode-se afirmar que, a partir da psicanálise, que é da igualdade na lei simbólica, na estrutura geral, que pode surgir a diferença ou a

singularidade. Tomando-se agora a ideia de cultura, de estrutura geral, de Lei, e fazendo-a equiparar-se ao conceito Lacaniano de Outro, será possível chegar à formulação que abriu neste trabalho a contribuição da psicanálise: o Sujeito nasce do outro. (KUPFER, *in* COLLI, 2005. p.23)

Acredito que ter um olhar diferenciado aos sujeitos qualifica nosso trabalho, nos trazendo mais ferramentas para desvelarmos os sintomas de “não-aprendizagem”. Ao fazermos a escuta de suas demandas, podemos não só direcionar o tratamento e o ensino para uma direção mais convergente, como também possibilitamos que eles se sintam protagonistas de suas vidas, capazes de transformá-las, nem que seja através da palavra. Assim, eles percebem que o Outro considera interessante o que ele fala e podem se colocar diante das pessoas com propriedade.

4. INTERPRETANDO HORIZONTES: ANÁLISE DE TRECHOS DOS DISCURSOS DE SUJEITOS DA AMBIENTOTERAPIA

Os três adolescentes entrevistados, apesar de estarem na mesma faixa etária, de compartilharem dos mesmos passatempos e tratamentos, foram marcados diferentemente pelo significante escola. Todos tiveram dificuldades e sucessivas rejeições no seu percurso escolar, mas lidaram com isso de formas distintas.

Optei por colocar as entrevistas na íntegra, tendo em vista que as respostas não foram longas. Assim, fica melhor a visualização das ideias dos sujeitos, viabilizando um olhar e uma escuta apropriada de suas histórias com a inclusão escolar. As falas dos sujeitos foram colocadas em caixa de texto, com letra Arial número 11, para facilitar a leitura. Elencarei alguns pontos que considere importantes nos discursos deles para pensar na educação inclusiva. Nas considerações finais, farei algumas relações entre as histórias dos sujeitos.

4.1. “Sou aluna de Inclusão”

Taylor⁴ está com quinze anos de idade e foi encaminhada para a ambientoterapia em 2012 por apresentar conduta hipersexualizada, sintomas fóbicos, pensamento psicótico, descontrole de impulsos e por se expor perante grupos e pela internet. Não estava conseguindo frequentar a escola, permanecendo em estudos domiciliares com professores particulares. Começou a mostrar comportamento diferente do habitual em 2010, desencadeado por abuso e exposição de conteúdos sexuais por parte da empregada doméstica da família. Após este acontecimento, os pais se separaram, agravando o quadro da menina.

Ela possui cabelos castanhos, lisos e compridos, olhos também castanhos. Ganhou bastante peso com as constantes trocas de medicação e tem preocupação com isso, como a maioria das adolescentes. Usava uma calça jeans e uma blusa com detalhes em renda quando nos encontramos.

⁴ Por questões éticas, os nomes dos sujeitos da pesquisa foram trocados. A eles, foi dada a oportunidade de escolher como deveriam ser chamados por mim nesse trabalho.

Ela adora a cantora Taylor Swift, imitando a mesma em suas coreografias e canções, e, por esse motivo, escolheu ser chamada desse modo na entrevista.

A adolescente ficou nervosa assim que soube do tema, dizendo “ih, tá muito difícil, tu já sabe? Eu ando muito agressiva, não estou me adaptando.” Preferiu ficar com a folha de perguntas na mão e ir respondendo, tendo a sensação, assim de que estava no controle da situação.

Bom, sou aluna de inclusão, porque estou com um histórico bem difícil nos últimos dois anos. Em 2011 fui afastada do Anchieta porque eu falava de coisas inapropriadas com os colegas e me expunha. Fiz estudos domiciliares em 2012, com professoras particulares. Não gosto de escolas em geral porque não gosto de estudar. Nessa escola tenho um amigo de trinta, podia ter um pouco mais.

Eu tenho uma AT (acompanhante terapêutico) escolar comigo o tempo todo na sala de aula e gostaria de não ter, porque perguntam o que aquela adulta faz ali, eu tenho ela e daí é mais fácil de ser excluída no colégio. A minha amiga é bolsista, rala um monte estudando pra não perder a bolsa. Ficamos amigas porque ela também é excluída. Eu acho errado excluírem ela por ela não ter dinheiro. A gente se encontra fora da escola também, moramos perto uma da outra. Até a quinta, sexta série eu fiz direitinho, até a mulher que era minha empregada falar e fazer coisas que não devia. (refere-se ao abuso e exposição a conteúdos sexuais). Eu surtei.

Sobre os professores- o professor Marcelo é legal, é bem engraçado. A de português é bem querida, é uma fofa. O Rômulo faz brincadeiras sem graça e perde de ensinar. (qual a diferença dos dois, se o outro tu gosta porque é engraçado?) o Marcelo fala coisas engraçadas enquanto ensina, a gente aprende mais.

Gosto de inglês e acho que é uma aprendizagem significativa, porque posso usar pra viajar, para entender as músicas da Taylor Swift. A gente não aprende só no colégio. Aprende na vida e em todo o lugar. Eu aprendo muito aqui na ambiente. Aprendo muito com a tia Ana, que é minha babá e minha amiga. A gente aprende com outras pessoas, por isso não costumo ficar em casa.

Faço ambiente duas vezes na semana- antes era 3, sinal que estou melhorando, né? Vou na psiquiatra uma vez por semana. Antes tinha AT pra me levar pra casa, pra almoçar comigo. Agora só tenho na escola. Sei que a gente tá gastando o dinheiro da poupança pra ter AT e tudo o mais, mas importante é a saúde né, sei que é pro meu bem. Olha, eu não gosto de estudar, mas eu sou curiosa pra aprender e tem que querer, né. Difícil é prestar atenção e conviver com os colegas que não falam comigo.

Na ambiente eu não gosto quando me fazem chorar, mas prefiro aqui 1000 vezes, porque aqui eu me sinto mais segura, eu faço várias atividades diferentes, eu converso mais. Aqui eu to há mais também, né. Não sei como vai ser meu ensino médio, mas acho que vai ser difícil.

O primeiro ponto que chama a atenção na fala da menina é o modo como ela se denomina perante a comunidade escolar: “aluna de inclusão.” Isso mostra, de certa forma, que ela não se sente incluída naquele contexto, ou falaria apenas a palavra aluna, sem adjetivações. Seu discurso remete a um sentimento de inadequação, de exclusão escolar, pois ela diz ter apenas uma amiga, aparenta estar desmotivada e não desenvolvendo todo o seu potencial cognitivo na escola.

O fato de ter uma Acompanhante Terapêutica (AT) dentro da sala de aula, segundo ela, interfere no seu relacionamento com os colegas, pois demarca uma diferença, o que na adolescência é rechaçado, pois todos tentam se homogeneizar em grupos de identificação. Ela verbaliza, então, seu sentimento de inadequação ao ambiente. Das características apresentadas por Levy (apud Griffa,2005), apresenta: contestação, acentuação do Narcisismo, recolhimento ao mundo interno, procura de grupo de identificação.

Em contrapartida, na frase “Sei que a gente tá gastando o dinheiro da poupança pra ter AT e tudo o mais, mas importante é a saúde né, sei que é pro meu bem.” ela reconhece a importância dessa profissional no desenvolvimento dela, pois percebe que, sem a mesma, seria difícil o seu retorno à escola. A AT na sala de aula é necessária para a organização da **Taylor** e para servir como ego auxiliar, mas ao mesmo tempo é um atestado, para ela e para os colegas, de que ela necessita de tratamento diferenciado, emergindo um sentimento de inferioridade em relação aos outros.

A AT, de certa forma, também é uma estratégia do colégio para se despreocupar com a inclusão de fato da menina, desobrigando-o a criar ferramentas mais eficazes que garantam a socialização e a aprendizagem da garota. Além disso, é uma proteção da instituição no que concerne a

possíveis agressões e exposição de **Taylor**, evitando lidar com ela diretamente na maioria dos casos.

Outra fala que demonstra sua pouca socialização é quando comenta só ter feito uma amizade em um universo de trinta alunos: *“Ficamos amigas porque ela também é excluída. Eu acho errado excluírem ela por ela não ter dinheiro.”* Novamente, a questão da identificação prevalece. Ela se sente excluída e se aproxima de outra que reconhece também “pertencer” a este rótulo.

Preocupa-me que a escola, em geral, não construa políticas sociais de valorização às diferenças. Preocupa-me, especificamente nesse caso, que a menina só se veja como “a excluída” e, com isso, não se sinta autora de pensamento e capaz de superar os obstáculos que percebe em seu caminho. Talvez por esse motivo ela tenha referido sentir-se mais segura na ambientoterapia, pois lá possui um espaço onde consegue se posicionar diante dos fatos e de seus sentimentos, com pessoas que a escutam e a vêem a pessoa, não o rótulo.

A menina traz um dado interessante ao falar sobre os professores: o da aprendizagem ser maior, melhor e significativa quando o ambiente está descontraído e quando se tem vínculo com o ensinante. Penso que esse seja um dos motivos pelos quais ela apresenta no momento dificuldades de aprendizagem, relata não gostar de estudar, pois ela não está percebendo a sala de aula como um local acolhedor, onde pode se manifestar. Ela está evitando o conhecimento na sala de aula, só se permitindo aprender em outros contextos. Por isso, também, ela valoriza em sua fala as aprendizagens que não são escolares, como no trecho: *“A gente não aprende só no colégio. Aprende na vida e em todo o lugar.”*

O processo inclusivo de **Taylor** parece ser marcado por sucessivos locais que não conseguiram ser continentes em suas dificuldades. É preciso trabalhar a sua auto-estima e tentar resgatar o seu desejo de aprender conteúdos escolares, pois ela é curiosa, mas ainda não encontrou na escola um local onde possa se reconhecer como aluna, como ser humano e como aprendiz.

4.2. “A escola antes tinha pessoas normais. Agora é de pessoas especiais.”

Daniela está com quatorze anos e ingressou na ambientoterapia por motivos semelhantes aos de Taylor: conduta hipersexualizada, ocasionada por abuso de uma babá, descontrole de impulsos, baixa tolerância à frustração. A menina possuía também baixo rendimento escolar e questões de conduta e agressividade preocupantes para a sua idade. Sua mãe, diagnosticada com Transtorno de Humor Bipolar, foi afastada da família judicialmente, pois o padrasto da menina também abusou dela, sem que a mãe tomasse providências para protegê-la.

A adolescente possui cabelos loiros e olhos azuis, é alta para a sua faixa etária. Vestia o uniforme da escola quando nos encontramos e estava mais agitada do que o usual, então seu relato foi mais curto do que eu pensei que seria, em função dessa agitação. Sua linguagem também estava diferente do habitual, mais fragmentada e rápida.

A escola antes tinha pessoas normais. Estudava no Marista Assunção. Agora é de pessoas especiais. Pelo menos é o que a namorada do meu pai acha. Eu estudo agora no Conhecer. Antes eu era bem agitada, mas agora eu beijo guri. Na outra escola os colegas não tinham problema físico, nessa alguns têm, por isso que eu digo que é especial. Mudar de escola foi bom, porque essa escola ajuda bem mais que a outra. Por exemplo, se tu não consegue acabar no período, eles dão mais tempo.

Eu gosto de aprender artes, educação física, informática, música e um pouquinho de português. Não gosto mais de matemática. Gostava antes, mas esta professora é braba, grita muito, tá quase sem voz de tanto que grita. Mas a culpa é dos alunos né. Em música to aprendendo aquela música da novela das sete, “vagalumes”, sabe? Canta aí.

O professor de Ed. Física é simpático, ele ri com a gente e conta piada. A gente senta em dupla e individual, depende do momento. A gente copia do quadro, lê livros, conversa. Essa escola tem 15 alunos no máximo na minha turma, na outra tinha trinta e poucos. É bem melhor porque eu me concentro mais e consigo prestar mais atenção.

Vou na psicóloga uma ou duas vezes por semana, depende. Vou no psiquiatra uma vez por semana. Vou na ambiente todos os dias de tarde e tenho AT no almoço . Aqui eu gosto de todos, menos do **Fred**, mas preferia ir na escola.

Em um primeiro momento, chama a atenção o fato de ela dizer que a sua escola é de pessoas especiais, apesar de estudar em uma escola inclusiva. Após organizar seu pensamento através da linguagem, ela se dá conta do que disse e resolve explicar: “Na outra escola os colegas não tinham problema físico, nessa alguns têm, por isso que eu digo que é especial.” Ela acaba trazendo a visão da namorada do pai, que nomeia a escola dessa forma, mas não quer ter este estereótipo, então o outro, o diferente, o especial passa a ser quem tem uma questão visível, física. Como fica o imaginário dela com relação a esse pensamento paradoxal? Há de se abrir espaço para discussão, para que se rompa com essa lógica de medo do desconhecido e de se criar um critério. Ela criou primeiramente uma generalização, então quis se eximir do modo como ela mesma denominou sua escola, transferindo para outros o papel de “estar fora”, de serem especiais.

Ela traz algumas medidas que facilitam o seu processo de aprendizagem: flexibilização de tempo, utilização de outros espaços escolares como a quadra, a sala de artes e de informática, a turma com um número menor de alunos, bem como professores dispostos a dialogar e bem humorados. Em contrapartida, mostra que afeto e cognição andam juntos, pois diz não gostar mais de matemática porque a atual professora é braba. Ela traz também em seu discurso a culpabilização dos alunos pelo temperamento da professora, expresso no trecho: “Gostava antes, mas esta professora é braba, grita muito, tá quase sem voz de tanto que grita. Mas a culpa é dos alunos né.”

Na lógica da relação, o “problema” é de todos, o que desafia o professor a refletir sobre a insuficiência de seus recursos pedagógicos nesse novo contexto, a rever suas formas de se relacionar com os alunos, a estudar temas que pensava nunca ter de estudar. (MACEDO, 2005, p.21)

Daniela traz uma questão adolescente bem importante em sua fala: a descoberta da sexualidade. Nessa escola, ela passa a ser alvo de olhares de outros meninos e, apesar de sua agitação, como relatou, ela agora experimenta sensações promovidas pelo beijo na boca. Também em função disso, ela fala mal do colega de ambientoterapia e de escola **Fred**, pois os dois namoraram um tempo enquanto se conheciam apenas no tratamento e

não sabem muito bem como lidar com os fenômenos de rejeição e de convivência típicas dessa faixa etária após esse episódio.

Após algumas mudanças de escola, a adolescente está conseguindo se inserir nesse espaço escolar, relacionando-se com os colegas e aprendendo mais e melhor. Apesar de encontrar-se em um momento de vida conturbado, com disputas judiciais e desorganizações, está encontrando nos tratamentos apoio para se sentir confiante na escola, elegendo-o como seu local preferido.

4.3. “Estar no colégio é o melhor dos melhores.”

Fred tem quatorze anos de idade e ingressou na ambientoterapia em função de seu descontrole de impulsos, dificuldade de concentração, agressividade, baixo rendimento escolar e sintomas fóbicos. Seu quadro se agravou em 2011, quando sofreu um assalto à mão armada. Ele é filho único e está envolvido em uma dinâmica familiar desorganizada.

Ele é um menino alto e magro, veste-se com roupas maiores do que o seu corpo e adora moletons com capuz. Na nossa entrevista, apesar do calor, ele carregava consigo o referido agasalho e só o havia despido pois tivera medo de sujá-lo na atividade culinária, anterior a nossa conversa.

O meu primeiro colégio foi o Uruguai, aquele público. Era horrível, muito ruim. Porque não ensinava bem, tinha vômito e cocô aos montes no banheiro, a diretora não se importava com os alunos, não dava a mínima. Isso na primeira série. Fiquei só um semestre, daí fui pro Rosário, porque tinha um amigo da Gente Miúda lá. Ele se achava muito lá com os amigos que tinha, eram muito exibidos. Foi o colégio que eu mais briguei porque eu era muito infantil, qualquer coisa me irritava e eu batia. Fiquei até a quarta série lá e só um bateu em mim parelho, de fazer sangrar.

Depois, fui pro bom conselho. Lá, todo mundo me chamava de mongolão e daí eu arrumava confusão. Tá, eu tinha atitudes de mongolão. Por exemplo, um me irritou e eu atirei ele por cima das classes, eu sempre fui grandão. Na 5 foi a melhor série, a mais bacana. Ou foi sexta? Ai, não sei. Numa delas entraram 2 guris que só incomodavam: gritavam no meio da aula, ficavam conversando, fazendo piadinha, bebiam vodka e fumavam. Lá todo mundo achava que eu não sabia bater e ficavam provocando. Ai um desses guris caía sempre comigo quando a gente dividia bola, tu sabe que eu sou bom no jogo de corpo. Daí ele caiu, se irritou e me deu um soco na cara. Eu me irritei e devolvi um na nuca. Eu ganhei a briga. Nem devia existir isso de ganhar porque brigar é muito idiota, né, hoje eu sei disso. Ai eu ganhei uma espécie de respeito dos colegas. Fiquei até o meio do ano passado e saí porque não aguentava mais o bullying. Os guris faziam as coisas erradas, fumavam e etc e diziam que iam me matar se eu contasse e etc.

Fui pro dom Bosco. Lá era só zueira, só falavam em pegar mina. O assunto era só esse. Fiquei com umas gurias meio que pressionado. Tá, eu até gostei, mas algumas eu não queria ter ficado, eles ficavam incomodando. Faziam bote se a gente não ficava. Bote é bater no braço assim- demonstra- bem forte. Fiquei com o braço roxo várias vezes.

Fui pro conhecer- melhor colégio da minha história. Porque agora eu tenho amigos de verdade. Menos a **Daniela** né, que estuda lá, infelizmente. Já fiquei com uma guria lá e passei bem no primeiro trimestre. Estudo todos os dias, já li quatro livros inteiros, gabaritei três provas e a outra errei uma ou duas. Isso é legal, porque me motiva a estudar mais. É legal tirar notas boas. No bom conselho eu estudava em casa, mas no dom Bosco só aqui na ambiente contigo, quando tu tava.

Escola é legal para ter amigos e para ser alguém na vida. Desisti de ser cirurgião plástico porque eu tremo muito, então quero ser juiz. Sim, é muito estudo e são 6 anos de aula, mas ele julga diversas coisas e eu acho que tenho menos chance de receber processos. Tu sabe que eu não sou bom com críticas, então juiz é melhor que promotor.

Um ou dois colegas são chatos na escola inteira, **Daniela** valendo por mil. Na turma todo mundo é legal. Se eu esquecer os problemas mentais e/ou físicos de alguns, todos são bem bacanas. Por exemplo, tem um que usa um anel do poder e tenta dominar o mundo e tal... mas depois que tu entende que ele é assim, tu vê que ele é bem legal. Os professores são bem legais, só o de português é meio mala, porque ela ta implicando com a viagem de formatura pro Beto Carrero.

Aprendi um monte de coisa na minha escola atual: em história as revoltas, comunismo, socialismo, cangaço, primeira guerra e pós guerra, um monte de coisa legal. Em português to lendo vários livros e retomando coisas, vendo poemas e conjunções, orações subordinadas e coordenadas. Em Educação física vemos vários esportes, em inglês minha pronúncia é horrível, mas vemos verbos e esportes. Em espanhol, verbos e conjunções. Acabamos em geografia o continente europeu e eu to curioso pra saber sobre o asiático, em música a gente basicamente canta e pesquisa sobre instrumentos, mas nunca toca. Matemática que eu odiava to aprendendo mais também. Artes eu não gosto mais tanto, acho que é porque eu to gostando mais de tudo no geral. To vendo ilusionismo e expressionismo.

Faço ambiente duas vezes por semana, karatê 3 vezes, vou no psiquiatra 1 vez por mês. Antes era semanal, agora diminuiu.

Ambiente é chato, mas eu sei que é pro meu bem então eu venho. No karatê eu vou passar de faixa logo, é bom lutar e derrubar os outros, me sinto mais calmo e lá eu posso bater sem problema. A psiquiatra eu voltei para a que me conhece há mais tempo, ela que me colocou no Conhecer. Estar no colégio é o melhor dos melhores.

Fred apresenta em seu discurso uma tendência a culpabilizar o outro por suas dificuldades nas escolas por onde passou, bem como a desqualificar o outro. Ao mesmo tempo, está conseguindo ter empatia, pensando mais sobre o efeito de suas atitudes nos colegas. Por exemplo, no trecho: “Foi o colégio que eu mais briguei porque eu era muito infantil, qualquer coisa me irritava e eu batia.”

O adolescente parece ter encontrado nessa escola os subsídios que precisa para ter um ambiente continente, de aprendizagem prazerosa e de socialização. Ele refere ter amigos, aprender “um monte de coisas legais”, ter adquirido uma rotina de estudos em casa, pois se sente valorizado quando consegue boas notas. Agora, ele consegue vislumbrar um futuro profissional, pensando em suas características e aptidões para a escolha, bem como percebe o quanto terá que se esforçar e estudar para conseguir o que deseja: ser juiz.

Sua escolha também é emblemática, pois terá de julgar as pessoas e emitir opiniões que mudarão a vida das pessoas. Ele será ouvido sendo juiz, não será mais o “mongolão”, nem será coibido a ficar em silêncio diante do que não concorda, nem sofrerá *bullying*. Em compensação, deverá trabalhar aspectos mais humanos para que não abuse do poder, como costumava abusar da força quando menor.

Fred considera que a escola é o local mais importante onde deve estar, pois, segundo suas palavras, “Escola é legal para ter amigos e para ser alguém na vida.” Assim, para ser alguém, é preciso viver em sociedade, conviver com as pessoas e estudar.

Ele dá um depoimento importante sobre como ele vê a diferença: “Se eu esquecer os problemas mentais e/ou físicos de alguns, todos são bem bacanas. Por exemplo, tem um que usa um anel do poder e tenta dominar o mundo e tal... mas depois que tu entende que ele é assim, tu vê que ele é bem legal.” Ele não utiliza a palavra “conviver”, ou “respeitar”, ou “aceitar”, muito menos “valorizar”, mas “esquecer.” Para não ser esquecido pelos colegas quando ele era considerado o diferente, ele batia, machucava, agredia com palavras. Agora que se sente incluído, esse comportamento não é mais necessário e, segundo sua fala, é até condenável. Hoje, ele sabe que deve utilizar sua força em

momentos específicos, como na aula de Karatê. Alícia Fernández (2001) diria que, muito mais de conteúdos, aprendemos a nos vincular na escola e na família. Com a ajuda das terapias, de ambientes estruturados e acolhedores, **Fred** ressignificou seu modo de agir diante das situações e dos outros.

Quanto a quantidade de conteúdos que ele refere, acredito ser pelo fato de ter estudado com ele quando trabalhava na ambientoterapia. De certa forma, ele quis me atualizar do que estava estudando e mostrar que agora conseguia lembrar do que aprendia, pois aquilo fazia sentido para ele. Ele estuda por prazer e por ter uma motivação externa de receber boas notas por seu esforço.

5. O HORIZONTE QUE QUEREMOS VER: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse trabalho de conclusão de curso, percebi o quão importante é o trabalho do educador no auxílio do processo de inclusão, tanto tecnicamente, apoiando a escola e realizando as adaptações necessárias para tal, quanto de apoio às famílias, ouvindo-as atentamente e acolhendo suas dúvidas. Assim, é possível dar lugar a esses pais, promovendo-os a especialistas de seus filhos, oportunizando que participem da evolução de seu filho e que apostem no mesmo.

Algo realmente gratificante foi dar voz aos sujeitos da ambientoterapia, pessoas que seguidamente são silenciadas pela família, pelos colegas, pela sociedade. Ouvir a opinião deles sobre os lugares que eles ocupam parece simples, mas não é, pois eles não costumam ser questionados e, com isso, acabam não pensando sobre os assuntos centrais de suas existências.

A inclusão é uma proposta que não se estende somente às instituições escolares. É um ideal de organização da sociedade. Se quisermos que todos participem dela com igualdade de oportunidade, é preciso fazer dessa utopia uma realidade diariamente.

A educação inclusiva, embora tenha sido bandeira da educação especial, não implica somente incluir a pessoa com deficiência no sistema comum de ensino. Diz respeito a um sistema que dê respostas educacionais com qualidade ao conjunto das pessoas.

Muitos espaços já estão lutando pela inclusão. Eles dão o exemplo para que os alunos se tornem futuramente cidadãos responsáveis e justos, formando conseqüentemente uma sociedade melhor para se viver. Afinal, em tempos de intolerância, o critério respeito à diversidade refere-se a países com maior capacidade evolutiva. Todos devem se comprometer em aceitar e promover as diferenças, para um crescimento mútuo e contínuo.

A inclusão escolar favorece aos alunos com deficiência, em sua cognição, socialização, psicomotricidade, auto-estima, só para citar alguns. Permite que se desenvolvam mais rapidamente e melhor do que se estivessem apartados da sociedade ou agrupados por deficiência.

Do mesmo modo, pode trazer benefícios aos alunos que se desenvolvem sem dificuldades, através do trabalho cooperativo, da descentralização, do contato com o diferente. Auxilia em novas sinapses, em novas linguagens, no raciocínio linguístico e lógico-matemático, entre vários. Permite que suas potencialidades sejam maximizadas e valorizadas e suas aprendizagens significativas, na medida em que pode ser utilizada para auxiliar o outro.

O psicopedagogo tem papel importante nesse processo, tanto na instituição como na clínica. Pode assessorar instituições e famílias, avaliar os sujeitos de aprendizagem, atender aos que apresentam dificuldades de aprendizagem, prevenir fracasso escolar e dificuldades mais significativas na aprendizagem e trabalhar na sala de recursos. Seu trabalho é vasto e sua responsabilidade também, para que um dia possamos vislumbrar um país com pessoas sem discriminação e curiosas para aprender cada vez mais.

As entrevistas revelaram o papel central que o professor possui no processo de inclusão. Não adianta a escola se dizer inclusiva, se o professor não se mostrar disponível para ensinar esses alunos. Ele deve sempre buscar formas diferenciadas de apresentação de conteúdos, deve procurar aprender e ouvir os seus alunos, pois eles têm muito a dizer.

A escola que se comprometer a ensinar de fato a todos os seus alunos deve ficar atenta a aspectos como a formação continuada de sua equipe e um currículo acessível. Caso este último não contemple as necessidades de todos os discentes, o psicopedagogo pode, juntamente com a equipe e com a família, fazer adaptações individualizadas que permitam uma real aprendizagem, sem subestimar o educando e evitando a não-aprendizagem.

Os profissionais devem auxiliar os estudantes tendo em mente a relevância do processo. Devem caminhar lado a lado com o educando e sua família, construindo conhecimento no seu ritmo, sem pressa de resultados quantitativos, mas com a certeza de oferecer inúmeras oportunidades de aprendizagem àqueles que necessitam de um modo diferenciado de aprender. É preciso propor uma prática interdisciplinar cujo ponto de articulação seja o sujeito posto no lugar de ator fundamental.

A ambientoterapia pode ser uma aliada no processo de inclusão escolar, pois visa a retomada do desenvolvimento global da criança, ou a retomada da estruturação psíquica infantil, ou ainda à sustentação do mínimo de sujeito que uma criança possa ter construído. A prática interdisciplinar de tratamentos com ênfase nas práticas educacionais pode dar uma sustentação às famílias e aos sujeitos, facilitando e viabilizando o processo. Os três pacientes entrevistados reconhecem a importância dessa modalidade de tratamento.

Sobre as famílias dos sujeitos, baseio-me em Mizoguchi (2008). O autor traz que quando os pais desejam o filho, o transformam num ser já amado antes de vislumbrarem-no no plano físico. Assim, o bebê passa a ocupar um lugar que já está marcado pelo Outro⁵. Quando a criança nasce com alguma deficiência, o luto pelo filho ideal é acrescido do luto pelo filho saudável que não veio e acaba sendo mais complicado para a família colocar essa criança no lugar de um sujeito que deseja, que consegue, que aprende, tendo um olhar desejante sobre a mesma.

É preciso que os pais, nesse momento, se unam mais diante do enfrentamento dessa realidade tão diferente da almejada por eles. Muitas vezes, os homens acabam não conseguindo exercer a função paterna de dupla castração, não suportando a ferida narcísica de terem auxiliado a gerar uma criança deficiente. Passam a ter fantasias de que também são deficientes, que fracassaram e acabam desistindo da família, deixando a esposa fragilizada transformada em mãe sem o seu apoio psicológico, como no caso da **Taylor** e do **Fred** que, apesar de o pai continuar vivendo na mesma casa, utiliza-se de mecanismos de defesa para negar o filho, pois é médico e parece não suportar essa ferida narcísica.

Responsabilizar os pais significa fazê-los perguntar-se que parte lhe cabe na criação de seus filhos e isso serve para todas as crianças. Significa dar uma nova chance ao filho, que ele perderia caso aceitássemos a teoria de que nada têm a ver com isso. Culpar, por outro lado, é dar voz aos sinais imaginários de nossa cultura que nem sempre condizem com a realidade.

⁵ Termo lacanianano para designar um lugar simbólico, o inconsciente, a Lei.

Por exemplo, uma mãe que beija efusivamente o seu filho não necessariamente cumpre sua função materna e vice-versa.

Segundo Alicia Fernández (2001), para que ocorra a aprendizagem é preciso que quem aprende possa conectar-se com seus sujeitos aprendente e ensinante e quem aprenda também o faça. É preciso permitir que aquele que está aprendendo mostre o que já sabe e que, aquele que ensina, ou que testemunha a aprendizagem, como no caso dos pais, reconheça esse processo e essas conquistas. Portanto, é preciso que essas famílias legitimem os avanços dos filhos, mesmo que não sejam exatamente os previstos por elas. **Fred** gosta de ler, **Taylor** escreve a cada dia redações mais bonitas e completas, **Daniela** tem uma aptidão para as artes, tanto dramáticas quanto plásticas. Esses são exemplos de aprendizagens essenciais para a melhoria no processo de escolarização, mas que serão valorizados pelos adolescentes se um olhar do Outro o libidinizar. Assim, se constroi aos poucos um sujeito autor e cognoscente.

Como disse Taylor na entrevista, “A gente não aprende só no colégio. Aprende na vida e em todo o lugar.”. Este é um caminho que se mostra pertinente para o trabalho com os sujeitos e as famílias: de que aprendizagem é algo global, que envolve não só conhecimentos escolares, mas atitudes, comportamentos, aspectos simbólicos, lógicos e criativos. Ao mesmo tempo, é particular: cada um internaliza suas aprendizagens em um tempo, acionadas pelo entrecruzamentos do desejo, da inteligência, do corpo e do organismo, dimensões descritas por Sara Paín (1985).

Uma das noções centrais da inclusão em escolas é ser aceito na comunidade social da escola, interagindo com os colegas e participando das atividades regulares. As escolas precisam construir uma política que promova esse pensamento em todos os níveis do funcionamento escolar. Encorajar a interação social, a participação e os relacionamentos é uma maneira de implementar essa política. (PACHECO,2007, p.52)

Percebi, através das entrevistas, o longo caminho que eles percorreram e seguem percorrendo em busca de uma escola que seja agregadora para suas vidas. A escola, nesse formato, nem sempre consegue apoiar estas demandas, nem sempre consegue mostrar que se preocupa com

todos, não consegue incluir a todos no sentido de uma ética de si, onde se sintam responsáveis e comprometidos com a aprendizagem de si e dos colegas, mantendo um ambiente saudável e organizado para tal. Uma escola que valorize as diferenças, sejam elas de qualquer ordem, é vital para uma sociedade tão heterogênea.

Mesmo com as dificuldades relatadas, creio que ir para a escola regular é terapêutico. Terapêutico para os pais, que passam a ter os filhos no lugar social em que os “infans” são reconhecidos como crianças (“Meu filho se alfabetizou! Posso deixar um bilhete para ele!”). Para os colegas, que passam a respeitar mais o outro. Para os professores, que passam a considerar as diferenças no processo de ensino e aprendizagem. Para as pessoas com deficiência, que aumentam sua circulação social, seu repertório cognitivo e linguístico e seu lugar no mundo. O significativo escola é decisivo: é o lugar social da criança e do adolescente.

7. REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia. Sociedade X Deficiência. **Revista Integração MEC/SEF**

Abr./Mai./Jun., 1992.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. PARÂMETROS

CURRICULARES NACIONAIS: **Adaptações Curriculares/ Secretaria de**

Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial.- Brasília:

MEC/SEF/SEESP,1998.

CARDOSO, Marilene. Polígrafo **Adaptações curriculares (MEC)**. 8 de

março de 2008.

COLLI, Fernando Anthero Galvão (org.). **Travessias inclusão escolar: a**

experiência do grupo ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida. São

Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos investigativos II: outros modos**

de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. Ed. Rio de Janeiro:

Lamparina editora, 2007.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente: análise das**

modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de

comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A atenção aprisionada: Psicopedagogia da**

capacidade atencional. Porto Alegre: Penso, 2012.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas.** São Paulo: Ática,

1995.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, Mai/Jun.1995.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KUPFER, Maria Cristina. **Educação para o futuro: Psicanálise e educação**. São Paulo: Escuta, 2007.

KUPFER, Maria Cristina. O sujeito na psicanálise e na educação: bases para a educação terapêutica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU,1986.

MACEDO, Lino. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MIZOGUCHI, Léa. **Psicanálise e Educação na Diversidade: é possível uma escola para todos?** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Ambientoterapia na infância e adolescência**. Porto Alegre: Movimento, 1988.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Positivo, 2005.

REIS, B. K. dos. **Da utopia ao laço social. Dissertação de Mestrado, Psicologia Social e Institucional**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS, 2006.

SALENGUE, Maria Clara Soares **Horizontes de uma escola: delineando possibilidades de identificação/diferenciação dos processos inclusivos e qualidade em educação**. Pelotas: UFRGS, 2008.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinariedade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed., 1998.

SCOZ, B.L; BARONE, L.C. (org.) **Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TOMEDI, Jaqueline. **Psicanálise e educação: inclusão, os caminhos do sujeito na perspectiva da diferença**. Saporanga: UFRGS, 2007.

<http://clinicadwinnicott.com.br/> Acesso no dia 08/03/13, às 16h07min.